

33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 28 – Partidos e sistemas partidários

**CENTRALIZAÇÃO, OLIGOPOLIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE PODER DOS
PARTIDOS POLÍTICOS ENTRE 1994 E 2006**

Autor: Rodrigo dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UNESP/FCLAr

E-mail: rsosantos@universiabrasil.net

1. Disputas partidárias no Executivo, no Legislativo e nos Estados

Em seu estudo *Sistemas Eleitorais nas democracias contemporâneas*, Antonio Giusti Tavares (1994) estabelece que os sistemas eleitorais proporcionais têm uma tendência de produzir oligopólios partidários e o sistema majoritário em produzir o bipartidarismo. No caso brasileiro, ressalta-se a adoção desses dois sistemas e a dificuldade do sistema proporcional em cumprir com seus requisitos estritos de proporcionalidade.

Observando trinta e oito variedades de sistemas eleitorais, Tavares (1994) afirma que sistemas proporcionais possuem três tendências: **Primeira**, a de beneficiar grandes partidos, especialmente aqueles que detém maiorias ou quase maiorias, como no caso brasileiro. **Segunda**, a de prejudicar os partidos menores. E **terceira**, a de Confiscar cadeiras dos partidos pequenos, reduzindo desse modo o número total de partidos no Legislativo¹.

A literatura política, de forma geral, diz que a magnitude distrital, a cláusula de exclusão de partidos e a inclusão de distritos de tamanhos diferentes em um mesmo sistema eleitoral beneficiam grandes partidos. Essa coalizão de fatores faz com que as regras dos sistemas proporcionais afastem-se da proporcionalidade estrita. Para Tavares (1994), no Brasil, as coalizões governamentais são amplas porque o seu cálculo deve incluir a sustentação partidário-congressual, que compreende o espectro de partidos necessários para a constituição da maioria na Câmara, no Senado e no Congresso como um todo, e, também, a sustentação regional, pelos Estados e pelos governadores. No caso brasileiro, como afirma o autor, representação proporcional, multipartidarismo, federalismo e bicameralismo, juntos, apontam sempre para governos de coalizão ampla, do tipo “imperial”, utilizando o termo adotado por Abranches (1988).

Neste estudo, entende-se que as regras partidárias-eleitorais atuais são oriundas de uma dinâmica interativa entre as estratégias de associação institucional estabelecidas pelos partidos e a eficiência desses em conquistar o poder, promovendo mudanças institucionais.

¹ Segundo o autor, os partidos legislativos serão sempre em menor número e, no conjunto, mais fortes do que os partidos eleitorais. O autor dialoga estabelece dois limites à tendência de concentração do sistema partidário: Primeiro, as formas centrífugas e de divisão que surgem diversidade societária que operam, inclusive, no interior dos grandes partidos. E segundo, a capacidade auto-sustentada de organização dos partidos pequenos. Há, portanto, certa dinâmica nas relações partidárias.

2 A Oligopolização dos partidos na Câmara de 1994 a 2006

A partir do fenômeno da oligopolização dos partidos em democracias modernas, objetiva-se, nesta subseção, identificar quantos e quais são os perfis dos partidos que participam desse processo no Brasil, a priori, tendo como exemplo inicial a câmara. Ressalta-se também que, ao contrário dos cinco partidos propostos por Sartori (1982), esta abordagem será de nove partidos².

No Anexo 1, observa-se a composição da Câmara, com número e percentual de cadeiras de cada partido, entre 1994 e 2006³. O anexo 1 classifica os partidos em: **partidos pequenos** (marcados em cinza), com menos de 3,99% de cadeiras, que podem ser regionais ou ideológicos; **partidos em transição** (marcados em preto), que possuem entre 4% e 4,99% de cadeiras e **partidos grandes** (ressaltados em negrito), que possuem acima de 5% de cadeiras⁴.

Nela, considera-se que partidos acima de 5% de cadeiras são indispensáveis a qualquer base governista, porque dão apoio e estabilidade ao governo, diferentemente dos demais. Os partidos em transição podem, mediante negociações no início de cada mandato, superar os 5% e até influenciar algumas votações no decorrer da legislatura, entretanto, sua estabilidade acima dos 5% é incerta.

No período proposto, estiveram presentes na Câmara vinte e nove partidos, mas apenas seis partidos ficaram acima de 5%. São eles: PMDB (21,16%), PFL (19,94%), PP/PPB (19,89), PT (17,75%), PSDB (17,21%), PTB (7,51%).⁵ Considerando a margem de erro proposta, há mais três partidos em transição: PL (5,41%), PSB (5,16%) e PDT (4,44%).

Dezenove siglas compõem os partidos pequenos. Desses partidos, três são considerados como esquerda ideológica:⁶ PPS (2,73%), PC do B (2,63%) e PSOL (0,49%). Se os partidos com mais de 4% de cadeiras forem considerados parte do oligopólio, conclui-se

² Para a Câmara, Dalmoro e Fleischer (2005, p. 99) chegam a 8,15 partidos efetivos no Brasil utilizando um método diferente que leva em consideração as coligações e as fórmulas eleitorais Sainte-Langüe e D'Hont. Os resultados apresentados pelos autores para os partidos efetivos sem coligações foram 7,1 partidos em 1994, 6,0 em 1998 e 7,16 em 2002.

³ Considerando a composição do mês de agosto de 2006 como um momento pré-eleitoral, após um longo período de crise política.

⁴ Sartori (1982) utiliza o coeficiente de 5% das cadeiras no Legislativo. Raquel Meneguello (1998) também utiliza o percentual de 5% em seu estudo sobre partido políticos.

⁵ No Senado, de 1994 a 2006, estão dentro do mesmo método: PMDB 26,75%, PFL 21,40%, PSDB 17,70%, PT 12,76% e PTB 5,35%. Na margem de erro estão PDT 4,94% e PSB com 4,53%.

⁶ De acordo com o Rodrigues (2002) e a literatura brasileira em geral.

que, dos vinte e nove partidos (100,00%), apenas nove possuem relativa estabilidade, com 31,03%.

O anexo 1 demonstra que, em média, os partidos mais estáveis não ultrapassam os 20% de cadeiras, especificamente, apenas o PMDB em 1994 chegou 20,86%, sofrendo perdas sensíveis nas eleições seguintes. Os dados demonstram que a aliança com o governo do PSDB em 1994 e 1998 não resultou em aumento de cadeiras, diferentemente da aliança com o PT em 2004.

Já os partidos considerados em transição, PL, PSB e PDT, optaram por diferentes estratégias. PL e PSB tiveram resultados positivos a partir de 2002, já o PDT, mesmo ganhando algumas cadeiras com a crise política, chega em 2007 com uma cadeira a menos do que em 2002.

Para o PL, a aliança com o PT em 2002 resultou em um aumento de doze para trinta e sete cadeiras em agosto de 2006, caindo para vinte e três cadeiras em outubro do mesmo ano, mas em 2007 sobe para trinta e sete cadeiras. Os efeitos da crise política podem ser vistos no número de cadeiras, mas a “dança das cadeiras”, até o dia da posse em 2007, amenizou tal situação.

Para o PSB, se manter formalmente indiferente à participação possibilitou um crescimento constante, sem grandes oscilações. Os efeitos da crise política levaram o partido a vinte e oito cadeiras e à manutenção de vinte e sete nas eleições de outubro de 2006, superando a margem dos 5%. Se a estratégia da indiferença for mantida, o PSB provavelmente terá crescimento estável nas eleições de 2010, embora ainda dependa do seu comportamento diante das eleições municipais de 2008.

Para o PDT, fazer oposição nos dois últimos governos não proporcionou aumento de cadeiras. A oposição exercida no governo FHC não foi positiva, sendo que, no governo Lula, o partido pouco ganha na Câmara com a crise política e ainda permanece instável em 2006. Em 2005, os partidos beneficiados com a crise política, iniciada em 2004, foram: PMDB, PTB, PL, PP/PPB e PSB. Nesse ano, os que mais perderam foram o PFL e PSDB. O PFL perdeu o segundo posto em tamanho para o PMDB, e este, em 2006 desbancou o PT da primeira posição.

A observação da Câmara permite diagnosticar uma interação dinâmica dos partidos nas 8 Legislaturas, demonstrando haver diferentes pesos entre os partidos nos diferentes períodos de governo. Porém, para se observar de forma geral as características dos partidos no arranjo representativo, é necessário considerar também a atuação dos partidos

em outras instâncias decisórias. Na próxima seção, analisar-se-á a característica de cada esfera decisória com a atuação dos partidos, possibilitando a construção de um indicador do peso dos partidos e a análise desses dados pode ser confrontada com as principais teorias propostas pela bibliografia sobre o processo decisório brasileiro.

2.1 O índice geral do peso político dos partidos entre 2002 e 2006

O objetivo desta seção é o de construir um indicador de peso dos partidos políticos preponderantemente baseado nas concepções da Ciência Política sobre o arranjo representativo brasileiro. Nos três níveis representativos, considerando apenas a relação do Executivo com o Legislativo, existem 36 formas possíveis de observação do arranjo representativo brasileiro. As possibilidades de análises combinatórias estão na Figura 1:

Figura 1. Possibilidades de análise

Executivo			Legislativo			Total
Municipal	Estadual	Federal	Municipal	Estadual	Federal	
1	2	3	4	5	6	36

Além disso, podem ser considerados outros dois agrupamentos metodológicos: i) As diferenças regionais e locais, representadas neste estudo pela multiplicação dos índices construídos a partir das diferenças populacionais e orçamentárias. ii) As diferenças entre poderes, representadas neste estudo por diferentes fatores de multiplicação adotados a partir das concepções centralistas, regionalistas, estadualistas e localistas do arranjo representativo brasileiro. A seguir, será apresentada a composição do cálculo de cada variável que compõe o índice geral do peso político dos partidos, feita a partir dos dados disponibilizados pelo TSE, IBGE e Ministério da fazenda em 2009⁷.

Cálculo: O índice geral do peso político dos partidos considera também as diferenças regionais orçamentárias e a população dos Estados⁸.

⁷ Para os municípios, considerou-se apenas o índice geral dos Estados, não sendo calculado o índice geral dos municípios por limitações processuais técnicas. Nesse caso, há necessariamente desvios no plano municipal, onde grandes centros urbanos como São Paulo e Belo Horizonte possuem o mesmo peso que os menores municípios existentes no país.

⁸ Não foi considerada a composição partidária dos ministérios e das secretarias estaduais e municipais. No caso dos municípios, foi considerado apenas o diferencial populacional. Ambos os fatores geram distorções no índice final porque não consideram a capacidade de nomeação dos partidos no Executivo.

Potencial humano: Índice de população estadual = $([\text{população do Estado} \times 100] / \text{Total da população dos Estados}) + 1$

Potencial de distribuição de recursos orçamentários⁹: Índice da receita ao mês por habitante = $([\text{Rec. Hab. Est.} \times 100] / \text{Total. Hab. Tot.}) + 1$

Índice geral de correção dos Estados: Índice Geral para cada Estado = $(\text{Índice de população} + \text{Índice receita por habitante}) / 2$

Cálculo para o Executivo nos Estados¹⁰: Peso do partido = $(\text{Estado1} \times \text{índice geral de correção}) + (\text{Estado2} \times \text{índice geral de correção}) + \dots (\text{igual para os 27 Estados})$

Cálculo do Executivo municipal¹¹: Índice de população municipal = $([\text{população do município} \times 100] / \text{Total da população dos municípios}) + 1$

Cálculo do Executivo Federal: Peso do partido = 100%, tendo o partido de governo seu percentual multiplicado pelo índice de correção do governo federal, calculado a partir do percentual da receita corrente e populacional do governo federal em relação ao total das receitas dos Estados.

Cálculo para o Legislativo: Peso do partido = $([\text{Cadeiras do Partido} \times 100] / \text{total de cadeiras}) \times \text{índice geral de correção dos Estados}$

Após o cálculo do índice geral do peso dos partidos, como mostra a Tabela 2, foram atribuídos outros fatores de correção, entre 1 e 2, nas três esferas representativas, totalizando sete instâncias com diferentes distribuições de acordo com a análise que variaram entre 1,14 e 1,98, como mostra a Tabela 3. Das 36 análises possíveis, considerou-se 4 diferentes possibilidades de análise sobre o arranjo representativo brasileiro, propostas pela literatura, dando sempre maior peso às instâncias do Executivo em relação ao Legislativo, devido ao modelo institucional presidencialista do arranjo representativo. São elas: i) Presidencialismo centralizador (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999), com maior peso das instâncias do Executivo Federal. ii) Presidencialismo regionalista (ABRUCIO, 1998), com maior peso dos governadores, do Senado e da Câmara. iii) Presidencialismo estadualista (ABRUCIO, 1998), com maior peso dos governadores e das assembleias estaduais. Com esta abordagem, os municípios também aparecem com maior peso em relação à esfera federal. iv) Presidencialismo localista (LIMA JÚNIOR; 1983), com maior peso dos municípios e instâncias estaduais. A esfera

⁹ Em que: Rec. Hab. Est. = receita corrente por mês para cada habitante do Estado e Total. Hab. Tot. = receita corrente por mês para cada habitante de todos os Estados.

¹⁰ Para cada Estado houve correção de seu peso pelo índice geral de correção dos Estados.

¹¹ Para o cálculo do peso dos Executivos municipais foi considerado apenas o índice de população devido a limitações processuais do banco de dados.

federal é pouco considerada nesta análise. Ressalta-se que todos os autores valorizam a centralização como forma de superação das diferenças regionais, estaduais e locais (ANEXO 2).

Tabela 2. Peso dos partidos políticos entre 2002 e 2006

Partidos	Executivo			Legislativo					Total
	Municipal	Estadual	Federal	Municipal	Estadual	Federal			
						Câmara	Senado	Sub-total	
PMDB	16.88	26.60	0.00	14.30	15.83	17.58	24.01	20.80	93.80
PSDB	4.62	23.09	0.00	12.70	12.86	13.66	16.45	15.06	68.54
PT	4.84	19.79	107.03	7.10	11.06	16.88	15.67	16.28	159.84
PP	8.25	3.81	0.00	10.50	4.88	8.25	1.30	4.78	28.74
DEM	13.66	3.78	0.00	11.70	10.85	13.01	17.73	15.37	56.75
PTB	5.44	0.00	0.10	8.10	4.76	4.28	9.08	6.68	22.92
PR/PL	4.42	0.00	0.00	7.30	3.65	4.62	5.05	4.84	18.00
PDT	17.58	7.61	0.00	6.30	6.20	4.84	6.39	5.62	46.52
PSB	4.28	0.74	0.00	3.50	6.00	5.44	1.31	3.38	20.30
PPS	13.01	6.42	0.00	4.15	4.26	4.42	0.00	2.21	32.41
Outros	7.02	8.16	0.00	14.35	19.65	7.02	3.01	5.02	54.20

Tabela 3 Fatores de multiplicação para as análises finais

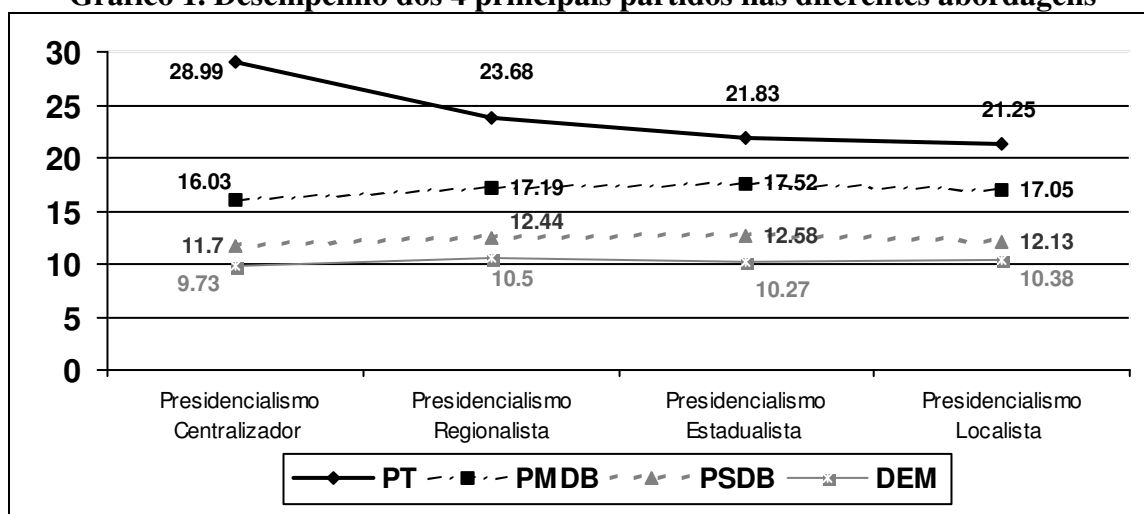
Análises	Executivo			Legislativo			
	Municipal	Estadual	Federal	Municipal	Estadual	Federal	
						Câmara	Senado
Presidencialismo Centralizador	1.28	1.56	1.98	1.14	1.42	1.84	1.7
Presidencialismo Regionalista	1.42	1.98	1.28	1.14	1.56	1.7	1.84
Presidencialismo Estadualista	1.84	1.98	1.14	1.28	1.7	1.42	1.56
Presidencialismo Localista	1.98	1.7	1.14	1.84	1.56	1.14	1.42

A Tabela 4 demonstra haver estabilidade na composição entre PT, PMDB, PSDB e DEM. O PT é visivelmente favorecido com o modelo centralizador, sofrendo queda acentuada nos demais modelos que privilegiam as instâncias regionais, estaduais e locais. Essa queda seria menos acentuada se houvesse a inclusão das composições partidárias dos Ministérios e das Secretarias dos Executivos no cálculo de pesos dos partidos. Os demais partidos permanecem inalterados em todos os cenários. Diferentemente da Câmara, observa-se que o núcleo dos partidos acima de 10% é reduzido para 4, são eles: 1) PT, potencializado pelo plano federal. 2) PMDB, potencializado no plano federal e por obter um desempenho estável nas outras três abordagens. 3) PSDB, por obter estabilidade nos Estados e Municípios. 3) DEM, por obter estabilidade nos Estados e Municípios, estando logo abaixo do PSDB. De forma geral, o arranjo representativo brasileiro demonstra a existência de oligopólio concentrado, ou misto, no caso específico da Câmara.

Tabela 4. Percentuais finais em relação ao índice de peso dos partidos

Partidos	Presidencialismo Centralizador	Partidos	Presidencialismo Regionalista	Partidos	Presidencialismo Estadualista	Partidos	Presidencialismo Localista
PT	28.99	PT	23.68	PT	21.83	PT	21.25
PMDB	16.03	PMDB	17.19	PMDB	17.52	PMDB	17.05
PSDB	11.70	PSDB	12.44	PSDB	12.58	PSDB	12.13
DEM	9.73	DEM	10.50	DEM	10.27	DEM	10.38
Outros	7.69	Outros	8.30	Outros	8.75	Outros	9.01
PDT	6.42	PDT	7.02	PDT	7.59	PDT	7.75
PP	4.83	PP	5.11	PP	5.33	PP	5.66
PTB	4.24	PTB	4.61	PPS	5.08	PPS	5.19
PPS	4.17	PPS	4.51	PTB	4.46	PTB	4.72
PR/PL	3.32	PR/PL	3.57	PR/PL	3.49	PR/PL	3.74
PSB	2.87	PSB	3.07	PSB	3.09	PSB	3.12

O Gráfico 1 demonstra que o desempenho do PT é sensivelmente abalado nos cenários estadual, regional e local. O PMDB, como apoio governista, aparece como um importante partido nessas relações. O desempenho do PSDB é estável nas quatro abordagens, sendo melhor no cenário estadual. Para o DEM, com desempenho também estável, o cenário regional é o de melhor aproveitamento.

Gráfico 1. Desempenho dos 4 principais partidos nas diferentes abordagens

Os cenários regionalista e estadualista aparecem como os modelos mais verossímeis, considerando que a inclusão dos dados das secretarias e dos orçamentos municipais produziriam uma curva menos acentuada do PT, aproximando-o dos demais partidos. Considere-se, ainda, que a inclusão desses dados sobrevalorizaria os pequenos partidos aliados ao governo. Nesse sentido, não só o PSDB e o DEM, como também o PMDB, nos cenários regional, estadual e local, seriam favorecidos.

Os Gráficos 2 e 3 comparam o peso dos 4 partidos nos dois principais cenários propostos pela literatura, o centralizador (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999) e o regionalista (ABRUCIO, 1998). Os gráficos demonstram equilíbrio e desequilíbrio nas três esferas: i) No plano do Executivo federal, o PT está supervalorizado com o PMDB, desfavorecendo o PSDB e o DEM nas duas abordagens. Porém, no Legislativo, há equilíbrio entre os partidos, com leve favorecimento do PMDB sobre o PSDB no Senado. ii) Nos Executivos estaduais há preponderância do PSDB e do PMDB, sendo este mais favorecido na abordagem regionalista do que o primeiro. Nos legislativos estaduais há equilíbrio entre os 4 partidos nas duas abordagens. iii) Nos Executivos municipais, o PMDB e o DEM se sobressaem diante dos demais, o PT é o grande desfavorecido. Há maior equilíbrio na esfera legislativa municipal nas duas abordagens.

A análise sugere 4 aspectos a serem considerados: i) A centralização federal favorece sensivelmente o PT em detrimento do DEM. ii) A centralização regional e moderada favorece o PSDB em detrimento do PMDB. iii) A descentralização nos Estados favorece o PMDB em detrimento do PSDB. iv) A descentralização nos municípios favorece sensivelmente o DEM, em detrimento do PMDB. Assim, duas relações de oposição podem ser observadas nos 4 aspectos demonstrados: PT/DEM e PMDB/PSDB. Do ponto de vista teórico, essas relações traduzem as discussões que envolvem republicanismo e parlamentarismo, por favorecerem determinados partidos em detrimento de outros.

Gráfico 1. Presidencialismo centralizador – Análise dos 4 maiores partidos

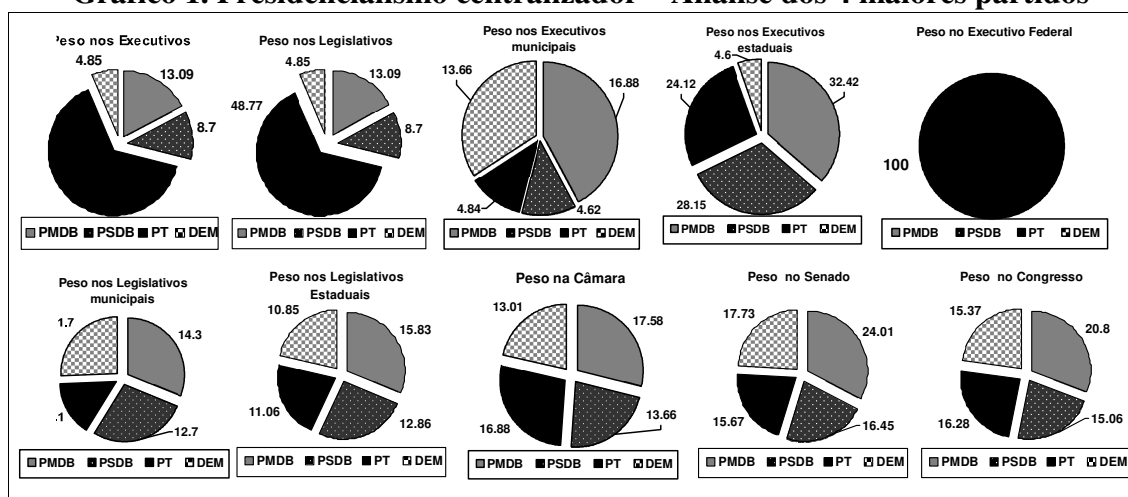
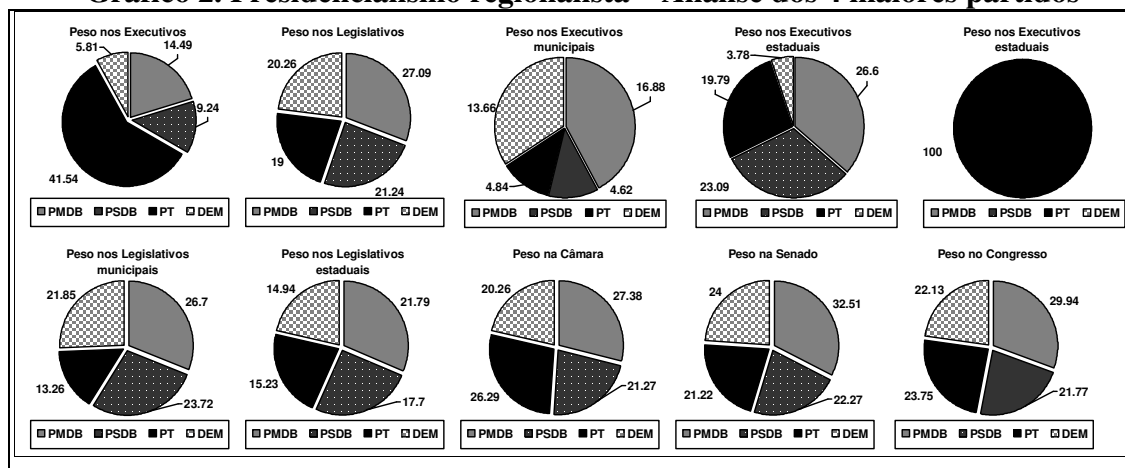


Gráfico 2. Presidencialismo regionalista – Análise dos 4 maiores partidos

Em relação ao arranjo representativo brasileiro, observa-se, de forma geral, a existência de um oligopólio concentrado e dinâmico entre PT, PMDB, PSDB e DEM, respectivamente, podendo haver sobreposições entre eles¹² nas diferentes instâncias. Tal implicação impõe uma análise regional que será feita a seguir. Porém, deve-se ressaltar que o núcleo de 4 partidos nas diferentes abordagens não foi rompido.

3. A nacionalização dos partidos: estados e federalismo

De forma geral, a ciência política caracteriza o sistema partidário e os partidos brasileiros por serem frágeis e instáveis. Segundo a literatura política, a tradição no Brasil é a de que os partidos enfrentam dificuldades no plano nacional, evoluindo de forma lenta e reduzida, porque não conseguem superar questões regionais. A dependência de trajetória histórica pode ser vista em diferentes períodos históricos¹³.

¹² Hipótese a ser confirmada por uma análise das abordagens que considere os dados ausentes no cálculo do peso dos partidos. Assim como a ampliação do período analisado de 1994 até 2006.

¹³ O Brasil teve sete constituições: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. A primeira constituição de 1924 foi imposta pelo imperador D. Pedro I. Boa parte dos constituintes tinham orientação liberal-democrata e queriam uma monarquia que respeitasse os direitos individuais delimitando os poderes do Imperador. Diferentemente, das elites européias, as elites brasileiras foram cooptadas sem caráter consanguíneo. D. Pedro I iniciou uma crise política porque queria ter o poder de veto sobre o Legislativo. Em 12 de Novembro de 1823, o imperador mandou o Exército invadir o plenário, prendendo e exilando diversos deputados. Após esse fato, reuniu dez cidadãos de sua inteira confiança pertencentes ao Partido Português, e, após algumas discussões a portas fechadas, redigiram a Primeira Constituição do Brasil no dia 25 de março de 1824. No período seguinte, regencial, os estados de PE, BA, MG e RJ defenderam a descentralização. PE e BA queriam maior autonomia porque crescem e recebem investimentos da Great West, empresa inglesa ferroviária. Já MG e RJ, num segundo momento, recuam em suas posições descentralizadoras.

Nos partidos do império havia predominância dos interesses regionais, sem uniformidade nacional e definição clara (FAORO; 1996). Na República Velha os partidos continuaram a ter “um caráter regional, atrelados a lideranças sem expressão nacional, condicionados aos governadores”. (KRAUSE 2005, p. 119). A estrutura de cada estado, nesse período, continuou a determinar sua importância nos complexos encaminhamentos sucessórios nos partidos. (CAMPELLO SOUZA;1984)

Já entre 1930 e 1937, é possível observar um rudimentar desenvolvimento dos partidos no Brasil (KRAUSE, 2005). Autores como Lima Júnior (1983, p. 127) chamam a atenção para o processo de nacionalização dos partidos nesse período em eleições federais. Para o autor, este fenômeno é resultado “tanto de variações das preferências eleitorais como do esforço organizacional dos partidos”. Porém a nacionalização dos partidos não foi uniforme e não esteve presente em todos os partidos, restringindo-se apenas a PSB e PRP¹⁴. Os partidos nesse período, mesmo dentro de um ambiente propício para a consolidação dos partidos, “não conseguiram se desenvolver de forma satisfatória” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 40).¹⁵

Para Lima Júnior (1983, p. 122), no Brasil, a convivência simultânea de dois sistemas partidários, o sistema nacional e os subsistemas estaduais, impõem dois processos políticos: O primeiro grupo, localista, com forças políticas locais consubstanciadas em pequenos partidos locais. O segundo grupo, nacional, decorrente da sobre-representação de pequenos partidos que ampliaram sua máquina partidária para os Estados em que não eram presentes.

O sistema partidário brasileiro, de acordo com a afirmação do autor, pode ser entendido como sendo fruto de duas distorções, a saber: as implicações decorrentes da presença de pequenos partidos estadualizados e a existência de “grandes” partidos sobre-valorizados. Uma importante observação a ser feita é a de que, entre 1945 e 1962, no que se refere à Câmara dos Deputados, houve baixa fragmentação partidária (NICOLAU; 2004).

O autor acrescenta que algumas mudanças ocorreram durante as eleições de 1945 e 1950, como, por exemplo, a cassação do PC do B em 1947, a fundação de dois novos partidos (PSP e PSB), e a alteração das regras de distribuição das cadeiras existentes no

¹⁴ “os demais se encaminhavam para a estadualização (PSP e PR nitidamente) ou jamais deixaram de ser epidérmicas agremiações estaduais (PST, PL, PTN e PRT)”. (SANTOS 1987, P. 151).

¹⁵ As limitações desse período encontravam-se na forte independência das lideranças regionais que controlavam firmemente seus diretórios “em tudo aquilo que dissesse respeito à condução do partido, dentro dos limites do seu estado”. Lucia Hipólito (1985. p. 127)

Código Eleitoral de 1950, que se tornou menos intensa em relação ao partido mais votado em cada circunscrição eleitoral. Em 1962, o padrão de estabilidade do quadro partidário foi relativamente alterado, sobretudo com o crescimento do PTB, que passou a ser o segundo partido mais votado e a ter a segunda maior bancada, superando a UDN. Segundo o autor, “Em resumo, os números revelam um quadro de surpreendente estabilidade do sistema partidário, pelo menos na disputa para a Câmara dos Deputados” (NICOLAU, 2004, p. 102). O que não significa dizer que a convivência de dois sistemas partidários, como observa Lima Júnior (1983), tenha sido responsável pelo colapso do sistema partidário em 1964, mas apenas que, na Câmara, isso não ocorreu.

De acordo com Abrucco (1998), o federalismo brasileiro possui enormes discrepâncias econômicas, políticas e culturais que dificultam as relações federais. Em sua concepção, os governadores e seus redutos eleitorais carregam consigo elementos de trajetória significativos, inclusive porque eles possuem mais prerrogativas sobre o orçamento e o controle de recursos partidários do que o Executivo federal. Para o autor, indo além da característica de “excessivas atribuições” do Executivo federal atribuída por Figueiredo e Limongi (1999), os governadores, com seus poderes, dentro de um ambiente de “excessiva competição” durante a década de 90, constituiriam um ultrapresidencialismo.

Na seção 1.4, *Características regionais da federação*, serão apresentadas algumas características regionais dos partidos e dos políticos das cinco regiões do Brasil. Na seção 3.1, *Governadores, partidos e orçamento público*, serão discutidas as desigualdades regionais e será apresentado um cruzamento entre a composição partidária e o orçamento de cada estado, agrupados por regiões.

3.1 Características partidárias da federação: a trajetória de 1994 a 2006.

O Brasil é dividido pelo IBGE em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul.¹⁶ Objetiva-se caracterizar o perfil político de cada região através do recorte partidário ideológico dos governadores de 1994 a 2006.

Região Norte - os partidos com mais governadores na região foram: PFL, PSDB, PT e PPS com quatro, PMDB, PPB, com três, PDT, PSB com dois, e PSL com um. A região

¹⁶ Autores como Rodrigues (2002) enfatizam que o estado do Maranhão, devido a suas características, poderia ser colocado no Norte, assim como o estado de Tocantins na região Nordeste. Essa questão é debatida também por estudos geográficos de diferentes autores.

caracterizava-se pela presença de partidos de centro-direita em suas governadorias como PFL, PPB, PSDB e PMDB. Os eleitores da região, a partir de 2002, reconfiguraram os estados do Norte com partidos de esquerda: PDT, PT e PPS. Em 2006, o PSDB perdeu o Pará, estado com maior orçamento da região e importante vetor político regional, para o PT.

Região Nordeste - Os partidos com mais governadores na região foram: PFL e PSDB com oito, PMDB e PSB com sete, PT com quatro e PDT com dois. Até 2002, o recorte dos governos estaduais do Nordeste era predominantemente centro-direita, com forte participação do PFL. Os eleitores nordestinos, a partir de 2002, reconfiguraram a região com partidos de esquerda como o PT (3), PSB (3) e PDT (1). Em 2006, o PFL perdeu a Bahia, estado com o maior orçamento e importante vetor político da região, para o PT como partido de governo.

Região Centro Oeste - No número de governos estaduais, os partidos mais importantes da região foram: PMDB com quatro, PSDB com três, PT e PPS com dois e PP com um. O Centro Oeste, em 1994, foi centro, e em 1998, a presença de um partido de esquerda com PT (MS), PMDB (MT) e PSDB (GO). Em 2002, observa-se um recorte mais de esquerda, com a saída do PMDB e entrada do PPS no MT. Em 2006, a região ficou equilibrada, entre direita (PP-GO), centro (PMDB-MS) e esquerda (PPS-MT).

Região Sudeste - Os partidos mais importantes da região, em número de governadores, foram: PSDB com nove, PMDB, PSB e PT com um. Em São Paulo e em Minas Gerais, o PSDB permaneceu de 1994 a 2006 no governo sem grandes ameaças eleitorais. Apenas o espírito Santos oscilou entre a esquerda e o centro.

Região Sul - os partidos mais importantes da região foram: PMDB, com 8 governadores, PPB, com três e PSDB, com um. Nesse período, nos governos estaduais, a região sul foi centro-direita. Percebe-se também, nesse recorte, a forte presença do PMDB, seguido do PPB.

A federação - A Tabela 5, a seguir, sintetiza os partidos nas cinco regiões no período de 1994 a 2006. Nela, pode-se ver claramente que o número de partidos diminuiu do Norte para o Sul, no mesmo sentido, evoluiu do centro esquerda ao centro direita a partir de 2002.

Quando a questão é analisada de forma mais específica, observa-se que esta relação não pode ser sustentada. Levando-se em conta o mercado partidário eleitoral nas regiões, vê-se que o nordeste é a região com menor competição partidária com 0,17 partidos/por

vaga preenchida, seguido pelo Sul (0,25), Sudeste (0,33), Norte (0,38) e Centro Oeste (0,42).

Tabela 5. Estados por partidos do governador de 1994 a 2006

Norte			Nordeste			Centro Oeste			Sudeste			SUL		
Partidos	UF	%	Partidos	UF	%	Partidos	UF	%	Partidos	UF	%	Partidos	UF	%
PFL	4	16.67	PFL	8	22.22	PMDB	4	33.33	PSDB	9	75.00	PMDB	8	66.67
PSDB	4	16.67	PSDB	8	22.22	PSDB	3	25.00	PMDB	1	8.33	PPB	3	25.00
PT	4	16.67	PMDB	7	19.44	PT	2	16.67	PSB	1	8.33	PSDB	1	8.33
PMDB	3	12.50	PSB	7	19.44	PPS	2	16.67	PT	1	8.33	-	-	-
PPB	3	12.50	PT	4	11.11	PP	1	8.33	-	-	-	-	-	-
PDT	2	8.33	PDT	2	5.56	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSB	2	8.33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PPS	1	4.17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSL	1	4.17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	24	100.00	Total	36	100.00	Total	12	100.00	Total	12	100.00	Total	12	100.00

TSE - 2009

Conclui-se que: a partir de 2002, Norte, Nordeste e Centro Oeste oscilaram da direita para a esquerda, enquanto as demais regiões, Sul e Sudeste, permaneceram estáveis, com maioria de partidos do centro e da direita, levando-se em conta que o Sudeste teve a presença de PT e PSB no Espírito Santo e que o Sul foi predominantemente PMDB a partir de 2002.

3.2 Governadores, partidos e orçamento público

Pensando o Brasil a partir das enormes diferenças regionais, esta subseção observa a política institucional federal e estadual a partir da composição do orçamento público e do relacionamento dos partidos nessas duas esferas. O recorte dos dados orçamentários se dará entre 2002-2006, tendo como fonte o Tesouro Nacional em 2007¹⁷.

De acordo com Anexo 3, que apresenta a evolução do orçamento entre 1994 e 2002, observa-se 7 zonas de oscilação, nas quais os estados competem por melhores colocações orçamentárias. São elas¹⁸: primeira, SP, MG, RJ e RS. Segunda, BA e PR. Terceira, DF,

¹⁷ Disponível em <www.tesouro.gov.br>.

¹⁸ Nesse período, os estados do Norte e do Nordeste foram os mais beneficiados, são eles, por ordem decrescente: TO, RN, AL, PE, RO, MA, RR, CE e AC, que triplicaram seus orçamentos. Há também o RJ, privilegiado em detrimento do ES. No mesmo período, SC e GO também são beneficiados. De forma geral, os estados estiveram compostos em média por 49,38% de partidos de centro, 25,93% de esquerda e 24,69% de direita. Os estados que menos evoluíram em seus orçamentos, ou aqueles que mais abriram mão do crescimento orçamentário, não possuem definição clara entre as três linhas ideológicas. Porém, podemos afirmar que os estados mais beneficiados têm mais partidos de direita do que de esquerda com 75% de sua

SC e PE; Quarta, CE, ES e GO. Quinta, AM, PA, MT e MA. Sexta, MS, PB, SE, PI, AL e RN. Sétima, AP, TO, RO, AC, e RR. De acordo com os dados, tem-se grande predominância de São Paulo em primeiro lugar, bem à frente dos demais estados. Nas primeiras zonas, vê-se pouca competição, com predominância dos estados mais desenvolvidos, diferentemente das últimas zonas, com um grande número de estados disputando curtas fatias do orçamento.

Os dados levam à conclusão de que, apesar de haver grandes discrepâncias orçamentárias entre os estados, os estados do NO, CO, e NE conseguiram diminuir as diferenças dos seus orçamentos e seus PIBs com SU e SE. Observando-se a Tabela 6, tem-se que, de 1998 a 2002, a região que mais ampliou seu orçamento foi o Nordeste, com 98,56% em 1998 e 46,43% em 2002.¹⁹ Nessa região, os partidos de direita tendem a concentrar investimentos em seus redutos eleitorais, o que reduz o crescimento e a variedade de seus eleitores, dando espaço aos partidos de esquerda. Observa-se, também, uma queda sensível na ampliação da receita geral de 71,27% em 1998 para 34,57% em 2002. O crescimento do PIB também é mais acentuado em 1998 e inclui também os estados do NO e CO, nessas regiões o crescimento do orçamento estadual foi menos intenso.

Tabela 6. Aumento percentual da receita entre 1998 e 2002

Região	1998	Região	2002	Região	2006
NE	98.56	NE	46.43	SE	68.50
SU	90.15	CO	35.85	NO	68.25
SE	63.03	SE	33.05	NE	64.41
NO	59.43	SU	29.14	CO	48.45
CO	48.99	NO	24.93	SU	36.93
Total	72.03	Total	33.88	Total	57.31

Fonte: Ministério da fazenda - 2009

Em relação ao percentual da federação (100%), somente em 2002, os orçamentos estaduais estão enumerados a partir das cinco regiões, da seguinte forma: 1- SE 50,60%, 2- NE 18,77%, 3- SU 14,31%, 4- CO 9,03% e 5- NO 7,29%. O estado de São Paulo, por

composição centro-direita, diferentemente dos mais prejudicados, com 80% de partidos centro-esquerda. Os estados que cresceram abaixo de 2,5 vezes seus orçamentos foram, respectivamente: DF, PI, AM, MT, MG, SP, ES, RS e AP. Ressalta-se a presença de alguns estados do Norte e Nordeste e do ES, estado com menor orçamento do Sudeste. Esses estados possuem perfil centro-esquerda, sendo apenas o AP, último colocado, predominantemente de direita.

¹⁹ Seguido de SU, em 1998, com 90,15% e CO, em 2002, com 35,85%.

sua vez, possui 25% do orçamento a mais do que MG e RJ juntos. Da mesma forma, em relação ao orçamento municipal, tem-se que: 1- SE possui 55,25%, 2- SU 18,16 %, 3- NE 15,46%, 4- CO 6,16% e 5- NO 4,97%. O orçamento das cidades do estado de São Paulo concentra ainda mais recursos do que o orçamento estadual, com 32,38% a mais de recursos financeiros do que MG e RJ juntos.²⁰ Em 2006, todas as regiões tiveram aumento em suas receitas, com destaque para o SE, que volta a recuperar suas receitas com 68,5% de aumento, e para o CO, que se destaca com sucessivos aumentos.

Com a adesão do PMDB à base governista em 2004, o Executivo conseguiu o apoio de 47,76% da Câmara.²¹ No plano federal, PSDB, PFL, PSB e PSL, como oposição, contabilizaram 62,96% dos estados, com 82,59% do orçamento estadual. Em 1998, o Executivo Federal obteve 77,78% do apoio dos governadores, com amplo apoio em todas as regiões. Com o apoio do PMDB, o PT, em 2004, conseguiu minar a oposição nos estados do Sul, entretanto, enfrentou forte pressão política diante de um cenário desfavorável na Câmara e, principalmente, no âmbito estadual. A ausência de alianças estaduais dificultou a concretização de políticas governamentais, produzindo oposição intermitente se comparado ao governo anterior.

Qualquer partido que assuma o Executivo Federal, para compor uma base governista, terá que lidar com 27 estados representados de formas distintas dentro e fora da Câmara. A Tabela 7 apresenta os partidos dos governadores por número de estados conquistados e a porcentagem de alianças feitas pelo partido de governo entre 1994 e 2002.

De 1994 a 2006, 9 partidos estiveram presentes nos estados, foram eles: PMDB e PSDB com 27 estados, PFL e PT com 13, PSB com 11, PP/PPB com 7, PDT com 5, PPS com 4 e PSL com 1 estado. PMDB e PSDB firmam-se como grandes partidos, principalmente no Sul e Sudeste, tendo o PSDB excelente desempenho com 100% em dois estados relevantes do ponto de vista orçamentário: São Paulo e Minas Gerais. Em relação ao percentual de alianças do governo federal com os governadores, observa-se na Tabela 7 que, a partir de 1998, esse coeficiente começa a cair: de 81,48% em 1994 para 77,78% em 1998, 59,26% em 2002 chegando a 48,15% em 2006. O PT, e as alianças feitas em 2006, mesmo com um baixo índice, conseguiu importantes vetores regionais,

²⁰ Fonte: Tesouro Nacional 2004.

²¹ A concentração também existe entre as cidades do próprio estado de SP. Entretanto, SP, por ser um estado desenvolvido, em relação aos demais, possui capacidade e agilidade em dois quesitos: primeiro, ao conceder incentivos de crescimento econômico estadual como um todo. Segundo, ao conceder maiores parcelas do orçamento aos municípios.

como a Bahia (PT)²² e o Maranhão (PDT)²³ no Nordeste e o Pará (PT)²⁴ no Norte. Já no Centro Oeste, foi favorecido por partidos aliados (PMDB, PPS e PP). O PT, apesar de obter 48,15% dos estados, ampliou sua governabilidade geográfica em comparação a 2002.

Tabela 7. Partidos dos Governadores de 1994 a 2006

1994			1998			2002			2006		
Partidos	Cadeiras	%	Partidos	Cadeiras	%	Partidos	Cadeiras	%	Partidos	Cadeiras	%
PMDB	9	33.33	PSDB	7	25.93	PSDB	7	25.93	PMDB	7	25.93
PSDB	7	25.93	PFL	6	22.22	PMDB	5	18.52	PSDB	6	22.22
PP/PPB	4	14.81	PMDB	6	22.22	PFL	4	14.81	PT	5	18.52
PFL	2	7.41	PT	3	11.11	PSB	4	14.81	PSB	3	11.11
PT	2	7.41	PP/PPB	2	7.41	PT	3	11.11	PP/PPB	2	7.41
PSB	2	7.41	PSB	2	0.39	PPS	2	7.41	PPS	1	3.70
PDT	1	3.70	PDT	1	3.70	PDT	1	3.70	PDT	2	7.41
-	-	-	-	-	-	PSL	1	3.70	PFL	1	3.70
Total	27	5.26	Total	27	5.26	Total	27	5.26	Total	27	100.00
Alianças	22	81.48	Alianças	21	77.78	Alianças	16	59.26	Alianças	13	48.15

Fonte: TSE - 2009

O PSDB, como oposição, conseguiu bons resultados, garantindo São Paulo e Minas Gerais e ampliando seu campo de influência no Rio Grande do Sul, estado com maior orçamento da região. Diferentemente do PFL, enfraquecido no Nordeste, o seu maior reduto eleitoral. Os principais partidos estaduais do período entre 1994 e 2006 são o PMDB e o PSDB, porque, além de comporem em números as governorias, representaram os principais estados do ponto de vista orçamentário. Do ponto de vista regional, o PT conseguiu importantes estados, como Bahia, Pará, Maranhão e Espírito Santo, com maioria nessas bancadas na Câmara, mesmo perdendo a Bahia e o Maranhão no Senado. A mudança, a partir de 2002, de Norte, Nordeste e Centro Oeste nos Estados e na Câmara para centro-esquerda, favoreceram o PT no governo.

No plano estadual, entretanto, o PSDB, como oposição, manteve os Executivos de São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul²⁵, principais orçamentos da nação, mesmo perdendo as suas bancadas na Câmara e no Senado para a aliança de governo.²⁶ Nas assembleias estaduais, o PT conseguiu maioria nas três governorias do PSDB. Dentro desse recorte, o governo federal ainda terá que negociar com a oposição nesses importantes estados, tanto do ponto de vista regional, como orçamentário e político,

²² Estado com maior orçamento do Nordeste.

²³ Estado que, do ponto de vista político, possui importantes relações com a região Norte.

²⁴ Maior orçamento do Norte.

²⁵ Em 2006.

²⁶ O PT, já em 2006, possui maioria ampla nas bancadas desses estados.

porque esses estados somam juntos 30% da Câmara e 42,99% dos orçamentos estaduais. Nesse sentido, o governo enfrentou o poder dos governadores do PFL, PSDB e do PMDB sobre o orçamento nesses estados e isso deve ser levado em consideração.²⁷

Rudá Ricci (2006, p.1), em relação às mudanças ocorridas em 2006, atenta que “o velho patriarcalismo regional parece ter sido substituído por um novo regionalismo”. Para o autor, ao contrário do que pode parecer, o regionalismo tradicional não foi superado pela nacionalização da política, pelo aumento do poder central ou por um discurso estratégico nacional. Ao contrário, o país parece mais um mosaico político que nunca, mais dividido em interesses regionais e locais, mais identificado com pautas negociadas em cada região e Estado.²⁸

No Brasil, entre 1994 e 2006, destaca-se que houve a necessidade dos partidos negociarem e produzirem alianças complexas que respondessem aos diversos interesses regionais e locais. Nesse sentido, o principal diferencial das disputas partidárias está na capacidade estratégica das organizações partidárias em formularem e sustentarem políticas. É possível também analisar os orçamentos estaduais através do seu cruzamento com os votos válidos e a população dos respectivos Estados com o objetivo de avaliar tanto o potencial de distribuição de recursos como o potencial de recursos e implantação de políticas através de sua legitimidade eleitoral.

Nos anos 90 e 2000, a arrecadação do Estado brasileiro fundamentou-se em impostos móveis. De acordo com o Ministério da Fazenda, observa-se crescente aumento da cobrança e da fiscalização de diversos impostos necessários ao orçamento do Estado, são eles: COFINS, CSLL, IOF, IRPJ, IRPF, IPI, IRRF, CPMF (extinto), IPMF (extinto), Impostos sobre fundos de investimentos, e CPSSS (contribuição do servidor ativo e inativo, do pensionista civil e do militar seja reservista, reformado e pensionista).

Além disso, o Estado passou a receber também importantes recursos advindos de desistências de ações judiciais com o pagamento do PIS/PASEP, COFINS, CSLL, e IRPJ em atraso. O Estado também recebeu os depósitos judiciais sobre causas ganhas. Diante desse contexto institucional, pode-se constatar o esforço do Estado brasileiro em coibir a sonegação fiscal e a evasão de divisas como principais fatores de deteriorização das

²⁷ Vale lembrar que o recorte deste estudo se limita ao plano federal. Tem-se como objetivo o estudo da relação entre Executivo e Legislativo federal, particularmente a Câmara, não levando em consideração os recortes internos de cada estado, ou seja, a composição dos governos municipais que podem interferir nesse processo.

²⁸ Na Bahia, a aliança local entre PT e PMDB forçou uma debandada significativa de mais de trinta prefeitos baianos do PFL para o PMDB, já em 2006.

contas públicas. Considere-se ainda o Plano Real, a partir de julho/94, que produziu redução acentuada da inflação. O plano contribuiu para que as bases de cálculo dos principais tributos (IPI, IRPJ, COFINS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) deixassem de sofrer corrosão inflacionária²⁹.

A tabela 9 apresenta a relação do cruzamento, por mês, da receita corrente com o total da população e dos votos válidos nos Estados com a intenção de possibilitar a análise do potencial de distribuição social e político dos recursos que os Estados possuem em relação à parcela da total população. Nele, observa-se que os Estados do NE, NO e CO encontram grandes dificuldades em relação aos Estados do SU e do SE, com exceção apenas do AM na região NO, devido à presença da zona franca de Manaus e da indústria extrativista, e também do DF na região CO, favorecido por abranger também a capital administrativa do país. De forma geral, observa-se 4 faixas distintas, a saber: i) Seis Estados acima de R\$ 20,00/hab. por mês (SP, RS, DF, AM, MG e AC). ii) Cinco Estados entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00/hab. por mês (PR, TO, MS, ES e RJ). iii) Dez estados entre R\$ 10,00 e R\$ 5,00/hab. por mês (SC, GO, RN, CE, BA, RR, AL, PB, PA e AP). iv) Cinco Estados abaixo dos R\$ 5,00/hab. por mês (MA, PE, MT, PI, RO e SE). Há uma diferença de 9,5 vezes entre os Estados da faixa 1 e 4, sendo que 59,26% deles estão abaixo dos R\$ 10,00/hab. por mês.

A tabela 10 apresenta a relação do cruzamento da receita corrente com o total de votos válidos nos Estados, com a intenção de possibilitar a análise do potencial de distribuição de recursos que os Estados possuem em relação à parcela da população ativa do ponto de vista da participação eleitoral. Novamente, observa-se que os Estados do NE, NO e CO encontram grandes dificuldades em relação aos Estados do SU e do SE. De forma geral, observa-se 4 faixas distintas com grande amplitude entre elas, a saber: i) Dois estados acima de R\$ 100,00/v.Válido por mês (RS e SP). ii) Cinco estados entre R\$ 50,00 e R\$ 10,00/v.Válido (AM, MG, DF, PR e AC). iii) Dez Estados entre R\$ 10,00 e R\$ 5,00/v.Válido (TO, ES, MS, RJ, SC, GO, RR, RN, CE e BA). iv) Dez Estados abaixo dos R\$ 5,00/v.Válido (AL, PB, AP, PA, PE, MA, RO, MT, PI e SE). Em relação à tabela anterior, observa-se forte concentração de recursos em RS e SP e um decréscimo no desempenho da maioria dos estados na medida em que 79,07% estão abaixo dos R\$ 10,00/v.Válido por mês.

²⁹ A corrosão inflacionária sobre os tributos do Estado é conhecida como “efeito Tanzi”.

Tabela 8. relação da receita corrente e da população nos Estados 1994/2006

Faixas	Posição	UF	Região	Receita/População	R\$ por mês
1	1	SP	SE	5413.05	112.77
	2	RS	SU	4884.99	101.77
	3	DF	CO	4098.49	85.39
	4	AM	NO	4084.98	85.10
	5	MG	SE	3282.16	68.38
	6	AC	NO	3068.39	63.92
2	7	PR	SU	2367.60	49.33
	8	TO	NO	2013.71	41.95
	9	MS	CO	1942.16	40.46
	10	ES	SE	1933.43	40.28
	11	RJ	SE	1752.75	36.52
3	12	SC	SU	1332.50	27.76
	13	GO	CO	1293.23	26.94
	14	RN	NE	1178.07	24.54
	15	CE	NE	1026.92	21.39
	16	BA	NE	1005.48	20.95
	17	RR	NO	999.89	20.83
	18	AL	NE	958.83	19.98
	19	PB	NE	949.74	19.79
	20	PA	NO	916.70	19.10
	21	AP	NO	809.71	16.87
4	22	MA	NE	706.30	14.71
	23	PE	NE	687.77	14.33
	24	MT	CO	426.67	8.89
	25	PI	NE	361.78	7.54
	26	RO	NO	300.75	6.27
	27	SE	NE	106.59	2.22
Análise	Total	27	5	47.902.64	332.66
	Média			1.774.17	12.32
	Faixas	Estados	%	Receita/População	R\$ por mês
	Faixa 1	6	22.22	24832.05	517.33
	Faixa 2	5	18.52	10009.65	208.53
	Faixa 3	10	37.04	10471.08	218.15
	Faixa 4	6	22.22	2589.86	53.96
	União	-	-	2.130.21	19.72
	Comparação	USA		\$ 6.85	\$ 0.57
		ING		Libras 16.29	Libras 1.36

Fonte: Ministério da Fazenda, TSE e IBGE - 2009

Tabela 9. Relação da receita corrente e dos votos válidos nos Estados 1994/2006

Faixas	Posição	UF	Região	Receita/VotosVálidos	R\$ por mês
1	1	RS	SU	30.751.15	640.65
	2	SP	SE	23.914.90	498.23
2	3	AM	NO	6.532.53	136.09
	4	MG	SE	5.766.82	120.14
	5	DF	CO	2.904.28	60.51
	6	PR	SU	2.672.88	55.69
	7	AC	NO	2.041.87	42.54
3	8	TO	NO	1.408.66	29.35
	9	ES	SE	1.379.10	28.73
	10	MS	CO	1.307.67	27.24
	11	RJ	SE	1.264.77	26.35
	12	SC	SU	953.63	19.87
	13	GO	CO	908.66	18.93
	14	RR	NO	863.00	17.98
	15	RN	NE	842.92	17.56
	16	CE	NE	735.56	15.32
	17	BA	NE	734.59	15.30
4	18	AL	NE	692.45	14.43
	19	PB	NE	670.13	13.96
	20	AP	NO	657.21	13.69
	21	PA	NO	645.63	13.45
	22	PE	NE	640.47	13.34
	23	MA	NE	506.62	10.55
	24	RO	NO	402.59	8.39
	25	MT	CO	388.79	8.10
	26	PI	NE	281.24	5.86
	27	SE	NE	229.91	4.79
Análise	Total	27	5	90.098.04	1.877.04
	Média			3.336.96	69.52
	Faixas	Estados	%	Receita/população	R\$ por mês
	Faixa 1	2	7.41	54666.05	1138.88
	Faixa 2	5	18.52	19918.38	414.97
	Faixa 3	10	37.04	10398.56	216.64
	Faixa 4	10	37.04	5115.04	106.56
	União	-	-	2.130.21	19.72

Fonte: Ministério da Fazenda, TSE e IBGE - 2009

A Tabela 11 compara a relação exposta nas duas tabelas anteriores no plano regional. Observa-se que, na relação entre receita corrente e votos válidos, a soma entre NE, NO e CO juntos com R\$ 162,46 (25,97%) não se aproxima da região SE. As regiões SU e SE, juntas, representam R\$ 463,22 (74,03%) da federação. As diferenças diminuem quando se observa a relação entre receita corrente e população. Nela, NE, NO e CO juntos somam R\$ 161,99 (48,70%) e SU e SE R\$ 170,00 (51,30%).

Tabela 10. Comparação da receita corrente, dos votos válidos e da população

Região	1994 a 2006		
	Receita/VotosVálidos	% Receita/VotosVálidos	R\$ por mês
SU	34.377.66	38.16	716.20
SE	32.325.58	35.88	673.45
NO	12.551.50	13.93	261.49
CO	5.509.40	6.11	114.78
NE	5.333.89	5.92	111.12
Total	90.098.04	100.00	1.877.04
Região	1994 a 2006		
	Receita/população	%	R\$ por mês
SE	12.381.38	25.85	257.95
NO	12.194.12	25.46	254.04
SU	8.585.09	17.92	178.86
CO	7.760.54	16.20	161.68
NE	6.981.49	14.57	145.45
Total	47.902.64	100.00	997.97

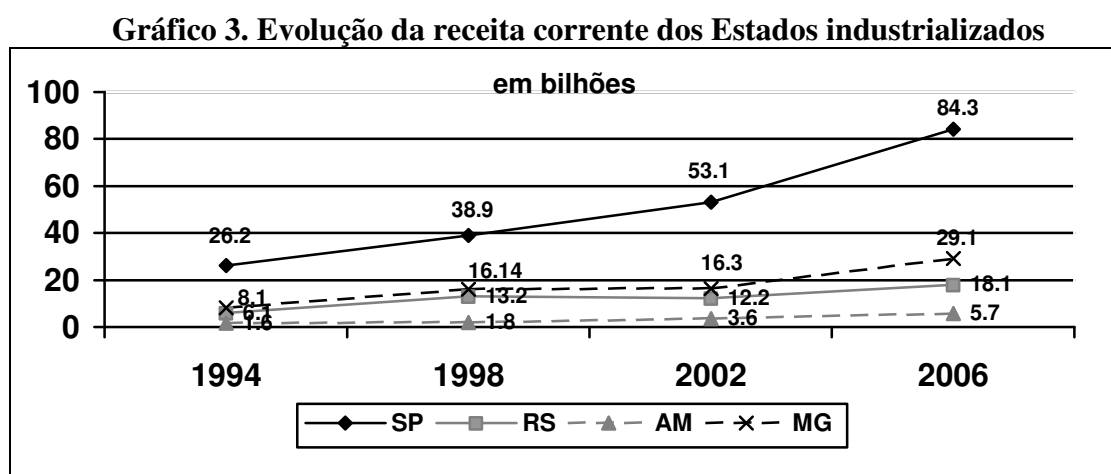
Fonte: Ministério da Fazenda, TSE e IBGE - 2009

Pode-se observar que a relação de inclusão eleitoral no NE, NO e CO foi mais intensa que nas regiões SU e SE. No entanto, o crescimento da participação política não acompanhou o crescimento da receita corrente das três regiões em relação às demais, limitando o potencial de distribuição de recursos existentes nesses Estados. Como constata Soares (2008), tal crescimento da participação foi potencializado, em grande medida, pelo programa Bolsa Família, política de distribuição de recursos. De forma geral, a comparação das tabelas 9, 10 e 11 revela que o potencial de arrecadação não acompanhou o potencial de participação nos Estados. O período demonstra pouca oscilação na competição orçamentária dos Estados, não havendo grandes movimentos.

Os dados apresentados podem ser analisados diante de outros dados referenciais como a variação do salário mínimo e os índices do IDH-Brasil. Entre 2004 e 2006, o salário mínimo aumentou 16 vezes com uma amplitude de R\$ 76,00. A média do salário mínimo nesse período foi de R\$ 146,81. Quando observado a receita corrente e os votos válidos nos Estados, por mês, apenas RS com R\$ 640,65 e SP com R\$ 498,23 obtiveram uma média maior que a média do salário mínimo. Na relação entre receita corrente e população, nenhum Estado obteve índice mensal maior que a média do salário mínimo.

Por ano, os Estados da tabela obtiveram na relação receita corrente/votos válidos índices superiores à média do salário mínimo. Se for considerado o valor do salário mínimo de R\$ 465,00, arredondado, vigente em 2009, anualmente, apenas RO, MT, PI, SE ficam abaixo desse valor.

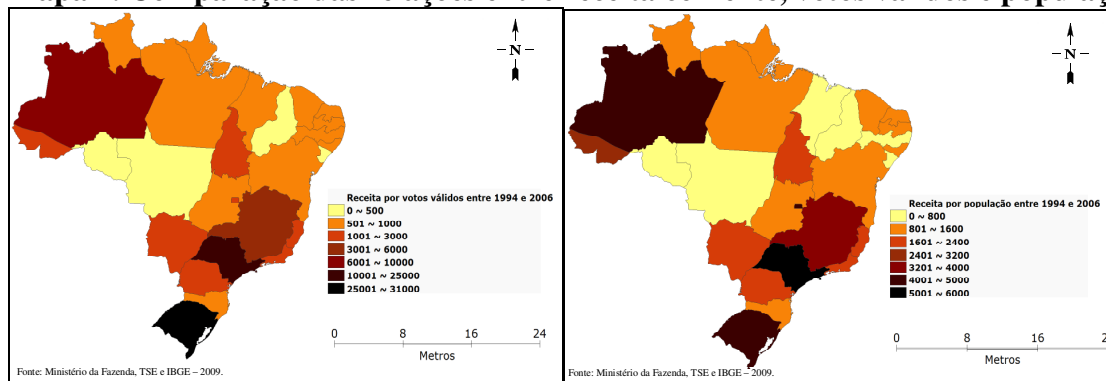
Além disso, se forem considerados os índices tanto de indigência (R\$ 37,75) e/ou de pobreza (R\$ 75,50), proposto pelo PNUD-Brasil, como referenciais, tem-se que: i) Na relação mensal entre a receita corrente e os votos válidos apenas RS, SP, AM e MG estão acima dos níveis de pobreza. No nível de pobreza estão DF, PR e AC. Os demais estão, todos, abaixo do nível de indigência. ii) Na relação mensal entre a receita corrente e a população, apenas SP, RS, DF e AM estão acima do nível de pobreza. No nível de pobreza aparecem MG, AC, PR, TO, MS e ES. Os demais se encontram em nível de indigência. Atente-se que, nessa relação, o SE possui a receita menor que a população, resultando em R\$ 0,74 por mês.



A observação do Mapa 1 demonstra que os Estados da região SU e SE têm o melhor desempenho tanto na relação receita/votos válidos quanto na relação receita/população. No caso dos Estados do CO, NO e NE, a relação se inverte. Comparada à relação entre União e Estados, vê-se que na relação da receita corrente com os votos válidos a União se sobressai, tendo em média R\$ 23,27 por mês, desempenho acima de 22 Estados (entre PR e DF). Já na relação da receita corrente com o total da população, o desempenho da União é pior, ficando acima de 17 Estados (entre RJ e ES). Atente-se para o recalque existente nos Estados de SP, MG e AM, estados industrializados com concentrações

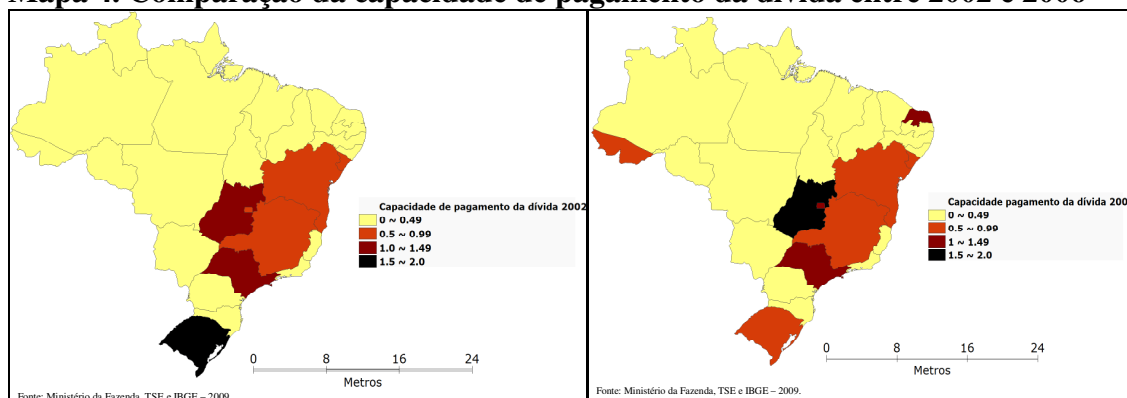
populacionais relevantes. Tem-se que o RS e o AM congregam com maior dificuldade a relação inclusão, participação e crescimento de receita corrente.

Mapa 1. Comparação das relações entre receita corrente, votos válidos e população



A observação do Mapa 2 sugere também que os Estados menos endividados encontram-se na região SU e SE. O mapa representa a capacidade de pagamento da dívida ativa através da relação receita corrente/dívida ativa dos Estados. Percebe-se que AC, AM, MG, DF, SE e, principalmente, RN melhoram seu desempenho de 2002 para 2006. Já PE e MA enfrentam problemas de endividamento. Apesar de ter o melhor desempenho nos índices apresentados, RS apresenta um decréscimo em sua capacidade de pagamento de dívidas.

Mapa 4. Comparação da capacidade de pagamento da dívida entre 2002 e 2006



Os dados apresentados levam a crer que os governadores tendem a intensificar os votos das assembleias estaduais em seu favor quando o eleitorado associa a imagem do seu partido à aliança de governo em condições de relativa estabilidade institucional e equilíbrio financeiro. O Estado de SP, apesar do número grande de partidos em suas bancadas, parece ser aquele que melhor congregou o poder de receita com a inclusão

eleitoral. Os indicadores analisados entre 1994 e 2006 apontam que AC, AM, MG, DF, SE, RN, RS e SP foram os Estados com o maior potencial de negociação junto ao governo federal.

4 Conclusão

Conclui-se que a composição partidária do arranjo representativo brasileiro, de forma geral, apresenta-se como um oligopólio concentrado e estável entre PT, PMDB, PSDB e DEM, com maiores alterações apenas na mudança de legislatura, assim como na observação específica de determinadas instâncias, como a Câmara, que apresentou características de um oligopólio misto e dinâmico no período observado. Ressalta-se que a análise demonstrou a possibilidade de outras polarizações embutidas na relação situação-oposição, são elas: PT/DEM e PSDB/PMDB. Porém, ainda é necessário recortes analíticos mais específicos nas diferentes instâncias e regiões do Brasil.

Do ponto de vista das condições orçamentárias estaduais, observa-se também um oligopólio concentrado e estável entre os Estados, havendo apenas oscilações no plano partidário ideológico com a ascensão do PT ao Executivo Federal. O contexto indica o possível aparecimento de um “novo regionalismo” em detrimento do anterior. A análise dos dados partidários, eleitorais e orçamentários, indicou 8 Estados com o maior potencial de negociação junto ao governo federal, respeitadas as faixas orçamentárias e as limitações regionais, são eles: AC, AM, MG, DF, SE, RN, RS e SP. Observa-se que fatores como sustentabilidade partidária e orçamentária são elementos fundamentais de autonomia e estabilidade das políticas governamentais no arranjo federativo brasileiro.

Considera-se que as composições partidárias, eleitorais e orçamentárias estaduais e locais nos dão um parâmetro das possíveis alianças no plano Federal. Qualquer partido que assuma o Executivo Federal para compor uma base governista terá que lidar com 27 Estados representados e constituídos financeiramente de formas distintas nas três esferas de governo, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Partidos políticos são importantes à produção de alianças e à implementação de políticas, porque são o elo mais importante entre Executivos e Legislativos nas diferentes esferas existentes no arranjo representativo brasileiro.

Bibliografia:

ABRUCIO, L. F. **Os barões da Federação**. Ed. Hucitec, Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo, 1998.

ABRANCHES, Sérgio H. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, V.31, n°1, pp.5-33. RJ, 1988.

CAMPELLO SOUZA, Maria do Carmo. **Estados e partidos políticos no Brasil. (1930-1964)**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

DALMORO, J. FLEISCHER, D. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. In: KRAUSE, S; SCHMITT, R. **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Co-edição: Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer. São Paulo: Ed. Unesp. 2005 p.115-141

FIGUEIREDO, A. LIMONGI, F. Os Partidos Na Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 38, n. 3, RJ, 1995.

_____. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 1 ed. SP: FGV/FAPESP, 1999.

FAORO, R. **Os donos do poder**. 10 ed. São Paulo: Ed. Globo, 1996.

HIPÒLITO, Lucia. **De raposas a reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira 1945-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

KRAUSE, S. Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias(1994-1998-2002): coligações eleitorais X nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro. In: KRAUSE, S; SCHMITT, R. **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Co-edição: Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer. São Paulo: Ed. Unesp. 2005 p.115-141

LAMOUNIER, B., MENEGUELO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA JÚNIOR, O. B. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. **Partidos políticos brasileiros: a experiência regional e federal 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MAMARI FILHO, Luís Sergio. **O controle concentrado de constitucionalidade e a intercorrente conversão em lei de medida provisória**. Revista de Informação legislativa. N° 170, Ano 43, Abril/Junho, 2006

NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **Dados**., Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000

_____, Jairo. Como Controlar o Representante?: Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **Dados.**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2002.

_____, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. **Dados.** Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social:** Um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados (1994-2002). SP: EDUSP, 2002.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários.** Ed. UNB. Brasília, 1982. SARTORI,

_____, R. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e Migração Partidária na Câmara dos Deputados. **Dados.** Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000.

NOVAES, C. A. Dinâmica institucional da representação. **Novos estudos CEBRAP**, n° 38, P. 99-147, 1994.

RICCI, RUDÁ. Eleições 2006: a queda dos velhos caciques ou a emergência de uma nova regionalização no país. **Revista Espaço Acadêmico**, N° 66, ano VI, novembro /2006, disponível em: < http://www.espacoacademico.com.br/067/67_ricci.htm> Acesso em: 5 de fev. 2007. ISSN 1519.6186

SCHMITT, R. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

TAVARES, A. G. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas.** Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.

ANEXO 1. PARTIDOS NA CÂMARA FEDERAL DE 1994 A 2006

Anexo 1. Partidos na Câmara Federal de 1994 a 2006

1994			1998			2002			2005			Agosto de 2006			Eleitos 2006		
Partidos	Cadeiras	%	Partidos	Cadeiras	%	Partidos	Cadeiras	%	Partidos	Cadeiras	%	Partidos	Cadeiras	%	Partidos	Cadeiras	%
PMDB	107	20.86	PFL	105	20.47	PT	91	17.74	PT	82	15.98	PT	81	15.79	PMDB	89	17.35
PFL	89	17.35	PSDB	99	19.30	PFL	84	16.37	PMDB	82	15.98	PMDB	79	15.40	PT	83	16.18
PSDB	63	12.28	PMDB	83	16.18	PMDB	76	14.81	PFL	62	12.09	PFL	66	12.87	PFL	65	12.67
PPR	51	9.94	PPB	60	11.70	PSDB	70	13.65	PSDB	53	10.33	PSDB	56	10.92	PSDB	65	12.67
PT	50	9.75	PT	59	11.50	PP/PPB	48	9.36	PP/PPB	52	10.14	PP/PPB	49	9.55	PP	42	8.19
PDT	34	6.63	PTB	31	6.04	PL	26	5.07	PTB	42	8.19	PTB	43	8.38	PSB	27	5.26
PP	34	6.63	PDT	25	4.87	PTB	26	5.07	PL	40	7.80	PL	37	7.21	PDT	24	4.68
PTB	32	6.24	PSB	18	3.51	PSB	22	4.29	PSB	29	5.65	PSB	28	5.46	PL	23	4.48
PSB	15	2.92	PL	12	2.34	PDT	21	4.09	PDT	20	3.90	PDT	21	4.09	PTB	22	4.29
PL	13	2.53	PC DO B	7	1.36	PPS	15	2.92	PPS	16	3.12	PPS	15	2.92	PPS	21	4.09
PC DO B	10	1.95	PPS	3	0.58	PC do B	12	2.34	PC do B	10	1.95	PCdoB	12	2.34	PC do B	13	2.53
PMN	4	0.78	PSD	3	0.58	PRONA	6	1.17	PV	8	1.56	PSC	7	1.36	PV	13	2.53
PSC	3	0.58	PMN	2	0.39	PV	5	0.97	PSOL	7	1.36	PSOL	7	1.36	PSC	9	1.75
PSD	3	0.58	PSC	2	0.39	PSD	4	0.78	PSC	6	1.17	PV	7	1.36	PTC	4	0.78
PPS	2	0.39	PRONA	1	0.19	PST	3	0.58	PRONA	2	0.39	PRONA	2	0.39	PMN	3	0.58
PRN	1	0.19	PSL	1	0.19	PMN	1	0.19	PMR	2	0.39	PRB	1	0.19	PSOL	3	0.58
PRP	1	0.19	PST	1	0.19	PSC	1	0.19	-	-	-	PTC	1	0.19	PHS	2	0.39
PV	1	0.19	PV	1	0.19	PSDC	1	0.19	-	-	-	S.PART.	1	0.19	PRONA	2	0.39
-	-	-	-	0.00	73.68	PSL	1	0.19	-	-	-	-	-	-	PAN	1	0.19
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PRB	1	0.19
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PT do B	0	0.00
Total	513	100.00	Total	513	100.00	Total	513	100.00	Total	513	100.00	Total	513	100.00	Total	513	100.00
Alianças	376	73.29	Alianças	378	73.68	Alianças	206	40.16	Alianças	248	48.34	Alianças	289	56.34	Alianças	289	56.34

Fonte: TSE - 2006

ANEXO 2 – AS QUATRO CONCEPÇÕES ADOTADAS PARA A ANÁLISE.

Concepção do Presidencialismo Centralizador (2002-2006)

Partidos	Executivo			Legislativo				Total	
	Municipal	Estadual	Federal	Municipal	Estadual	Federal			
						Câmara	Senado		
PT	6.20	30.87	198.00	8.09	15.71	31.06	26.64	316.56	28.99
PMDB	21.61	41.50	0.00	16.30	22.48	32.35	40.82	175.05	16.03
PSDB	5.91	36.03	0.00	14.48	18.26	25.13	27.97	127.78	11.70
DEM	17.48	5.89	0.00	13.34	15.41	23.94	30.14	106.20	9.73
Outros	8.99	12.73	0.00	16.36	27.90	12.92	5.12	84.01	7.69
PDT	22.50	11.86	0.00	7.18	8.80	8.91	10.86	70.12	6.42
PP	10.56	5.94	0.00	11.97	6.93	15.18	2.21	52.79	4.83
PTB	6.96	0.00	0.00	9.23	6.76	7.88	15.44	46.27	4.24
PPS	16.65	10.01	0.00	4.73	6.05	8.13	0.00	45.58	4.17
PR/PL	5.66	0.00	0.00	8.32	5.18	8.50	8.59	36.25	3.32
PSB	5.48	1.16	0.00	3.99	8.52	10.01	2.23	31.38	2.87

Concepção do Presidencialismo Regionalista (2002-2006)

Partidos	Executivo			Legislativo				Total	
	Municipal	Estadual	Federal	Municipal	Estadual	Federal			
						Câmara	Senado		
PT	6.87	30.87	128.00	8.09	17.25	28.70	28.83	248.62	23.68
PMDB	23.97	41.50	0.00	16.30	24.69	29.89	44.18	180.53	17.19
PSDB	6.56	36.03	0.00	14.48	20.06	23.22	30.27	130.62	12.44
DEM	19.40	5.89	0.00	13.34	16.93	22.12	32.62	110.29	10.50
Outros	9.97	12.73	0.00	16.36	30.65	11.93	5.54	87.19	8.30
PDT	24.96	11.86	0.00	7.18	9.67	8.23	11.76	73.67	7.02
PP	11.72	5.94	0.00	11.97	7.61	14.03	2.39	53.65	5.11
PTB	7.72	0.00	0.00	9.23	7.43	7.28	16.71	48.37	4.61
PPS	18.47	10.01	0.00	4.73	6.65	7.51	0.00	47.38	4.51
PR/PL	6.28	0.00	0.00	8.32	5.69	7.85	9.29	37.44	3.57
PSB	6.08	1.16	0.00	3.99	9.36	9.25	2.41	32.24	3.07

Concepção do Presidencialismo Estadualista (2002-2006)

Partidos	Executivo			Legislativo				Total	
	Municipal	Estadual	Federal	Municipal	Estadual	Federal			
						Câmara	Senado		
PT	8.91	39.18	114.00	9.09	18.80	23.97	24.45	238.39	21.83
PMDB	31.06	52.68	0.00	18.30	26.91	24.96	37.46	191.37	17.52
PSDB	8.50	45.73	0.00	16.26	21.86	19.40	25.66	137.41	12.58
DEM	25.13	7.48	0.00	14.98	18.45	18.47	27.66	112.17	10.27
Outros	12.92	16.16	0.00	18.37	33.41	9.97	4.70	95.51	8.75
PDT	32.35	15.06	0.00	8.06	10.54	6.87	9.97	82.85	7.59
PP	15.18	7.54	0.00	13.44	8.30	11.72	2.03	58.20	5.33
PPS	23.94	12.71	0.00	5.31	7.24	6.28	0.00	55.48	5.08
PTB	10.01	0.00	0.00	10.37	8.09	6.08	14.16	48.71	4.46
PR/PL	8.13	0.00	0.00	9.34	6.21	6.56	7.88	38.12	3.49
PSB	7.88	1.47	0.00	4.48	10.20	7.72	2.04	33.79	3.09

Concepção do Presidencialismo Localista (2002-2006)

Partidos	Executivo			Legislativo				Total	
	Municipal	Estadual	Federal	Municipal	Estadual	Federal			
						Câmara	Senado		
PT	9.58	33.64	114.00	13.06	17.25	19.24	22.25	229.03	21.25
PMDB	33.42	45.23	0.00	26.31	24.69	20.04	34.09	183.79	17.05
PSDB	9.15	39.26	0.00	23.37	20.06	15.57	23.36	130.77	12.13
DEM	27.05	6.42	0.00	21.53	16.93	14.83	25.18	111.93	10.38
Outros	13.90	13.87	0.00	26.40	30.65	8.00	4.27	97.11	9.01
PDT	34.81	12.93	0.00	11.59	9.67	5.52	9.07	83.59	7.75
PP	16.34	6.47	0.00	19.32	7.61	9.41	1.85	60.99	5.66
PPS	25.76	10.91	0.00	7.64	6.65	5.04	0.00	55.99	5.19
PTB	10.77	0.00	0.00	14.90	7.43	4.88	12.89	50.87	4.72
PR/PL	8.75	0.00	0.00	13.43	5.69	5.27	7.17	40.32	3.74
PSB	8.47	1.26	0.00	6.44	9.36	6.20	1.86	33.60	3.12

ANEXO 3. ORÇAMENTOS ESTADUAIS E PERCENTUAIS DE 1994 A 2002.

Colocação	1994	orçamento	%	1998	orçamento	%	2002	orçamento	%	Zonas de oscilação
1	SP	26.238.316.31	33.13	SP	38.901.904.35	28.68	SP	53.038.997.55	39.11	1ª
2	MG	8.038.583.75	10.15	MG	16.143.801.29	11.90	RJ	19.204.877.53	10.12	
3	RJ	6.417.039.55	8.10	RS	13.258.116.11	9.78	MG	16.313.227.29	8.60	
4	RS	6.113.301.55	7.72	RJ	11.460.725.77	8.45	RS	12.239.654.00	6.45	
5	BA	3.710.214.72	4.69	BA	8.159.860.19	6.02	PR	9.942.098.58	5.24	2ª
6	PR	3.428.672.18	4.33	PR	6.007.459.82	4.43	BA	9.868.801.49	5.20	
7	DF	3.036.119.02	3.83	PE	4.496.548.22	3.32	DF	7.232.406.00	3.81	3ª
8	SC	2.335.079.45	2.95	DF	4.285.268.48	3.16	SC	6.983.127.74	3.68	
9	PE	1.996.442.42	2.52	CE	4.202.939.14	3.10	PE	6.494.212.10	3.42	
10	CE	1.902.585.14	2.40	SC	3.318.081.22	2.45	CE	5.889.150.02	3.10	4ª
11	ES	1.841.880.01	2.33	PA	2.848.829.39	2.10	GO	5.083.561.22	2.68	
12	GO	1.648.239.32	2.08	ES	2.841.622.13	2.10	PA	3.977.188.79	2.10	
13	AM	1.612.740.78	2.04	GO	2.541.101.57	1.87	ES	3.710.820.25	1.96	5ª
14	PA	1.488.246.72	1.88	MT	2.029.463.41	1.50	AM	3.659.238.36	1.93	
15	MT	1.306.583.15	1.65	AM	1.838.892.99	1.36	MA	3.397.666.97	1.79	
16	MA	1.067.783.68	1.35	MA	1.630.249.80	1.20	MT	2.900.229.40	1.53	
17	MS	931.412.95	1.18	PB	1.520.379.63	1.12	MS	2.565.539.83	1.35	6ª
18	PB	853.201.00	1.08	MS	1.457.509.23	1.07	AL	2.415.029.17	1.27	
19	SE	810.165.07	1.02	RN	1.435.257.09	1.06	RN	2.409.033.84	1.27	
20	PI	751.481.02	0.95	RO	1.395.328.95	1.03	PB	2.291.264.59	1.21	
21	AL	741.028.40	0.94	SE	1.212.201.33	0.89	SE	2.044.846.98	1.08	
22	RN	728.053.43	0.92	AL	1.185.856.16	0.87	TO	1.891.241.09	1.00	
23	AP	549.490.02	0.69	PI	1.098.150.68	0.81	PI	1.711.653.72	0.90	7ª
24	TO	524.867.48	0.66	TO	874.051.64	0.64	RO	1.566.691.12	0.83	
25	RO	484.930.18	0.61	AC	575.373.39	0.42	AC	1.160.124.82	0.61	
26	AC	385.997.62	0.49	AP	486.538.03	0.36	AP	963.863.70	0.51	
27	RR	250.289.35	0.32	RR	425.270.62	0.31	RR	792.427.43	0.42	
Total	BR	79.192.744.25	100.00	BR	135.630.780.62	100.00	BR	189.746.973.59	100.00	-

Fonte: TSE - 2007